

Carlos Fiolhais; José Eduardo Franco; José Pedro Paiva (Dir.), *História Global de Portugal*, Lisboa, Temas e Debates, 2020, 662 p., ISBN: 978-989-644-635-2.

Embebido numa nova corrente historiográfica a nível mundial que surgiu nas últimas décadas sobre a história global, este livro, inédito na historiografia portuguesa, surge como uma necessidade de repensar o passado, “levando a questionar percepções e identidades de indivíduos, países, regiões e, no limite, de todo o planeta, que é afinal, a pátria comum da humanidade” (p. 13). Importa, desde já, referir que uma das condições para se fazer história global é nunca “desvalorizar um sólido conhecimento do local e do factual nem deixar de reconhecer que é a esta escala (...) [que] ocorrem dinâmicas cruciais para perceber a mudança, a rutura e as continuidades” (p. 17). Contudo, apesar da novidade, faço um reparo, mencionado também na introdução desta obra para o caso português, numa diferenciação de uma história à escala global e de uma história global. Só nos alvares do século XXI é que o conceito de globalização, termo recente no vocabulário universal, passou a ocupar um lugar nevrálgico (p. 13). Como marco desta tendência, temos a criação do *Journal of Global History* em 2006, o texto de Jeremy Adelman em 2004 ou o livro *The Birth of the Modern World 1780-1914*, do britânico Christopher Bayly, sem nunca esquecer a obra de Sebastian Conrad, *What is Global History*, de 2016 (p. 14-15). Todavia, já na obra de Fernand Braudel, *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XV^e-XVIII^e siècle*, cujo primeiro volume, *Vol. I Les structures du quotidien* foi publicado em 1967, encontramos uma história à escala global (não necessariamente global no sentido apresentado nesta obra em análise), as “connected histories”. Foi este estudo que, por exemplo, permitiu a Immanuel Wallerstein, em 1974, estudar o sistema mundial moderno em perspectiva histórica. A noção de história à escala global está também presente na historiografia sobre impérios e colonizações, embora neste caso ainda com uma abordagem tradicional, centrada no estado/nação. Com uma perspectiva eurocêntrica que privilegiava as relações de dominação e os processos de aculturação, esta visão só começou a ser posta em causa com as descolonizações afirmando-se, deste modo, uma história pós-colonial¹. No caso português, os primeiros estudos surgem com Vitorino Magalhães Godinho, “sobretudo através do inovador conceito de complexo histórico-geográfico”, revelando que já a

¹ Margarida Sobral Neto, *Problemática do Saber Histórico. Guia de estudo*, 2^a edição, Coimbra, Palimage, 2016, p. 59-60.

partir dos séculos XV-XVI se estavam a criar “densas relações que transcendiam as fronteiras nacionais (e europeias)” (p. 15).

Os diretores desta obra são reputados investigadores em diferentes áreas do saber, e com uma vasta experiência na produção e divulgação científica: Carlos Fiolhais, professor de Física na Universidade de Coimbra e diretor do Rómulo – Centro de Ciência Viva da Universidade de Coimbra; José Eduardo Franco, que dirige a Cátedra Infante Dom Henrique para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização (Universidade Aberta/CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa) e coordenador do programa doutoral em Estudos Globais; e José Pedro Paiva, professor de História na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e coordenador científico do Centro de História da Sociedade e da Cultura (CHSC – UC).

Em traços gerais, o principal contributo que esta história de Portugal traz para a historiografia é a visão descentrada da perspetiva eurocêntrica e “da ótica nacional” (p. 19), tão habituais e presentes nas histórias de Portugal existentes.

Composta por 93 textos divididos ao longo de cinco capítulos, ou blocos cronológicos, como referem os diretores – “I Pré-História e Proto-História” (p. 23-60); “II Antiguidade” (p. 63-154); “III Idade Média” (p. 157-290); “IV Época Moderna” (p. 293-494); e “V Época Contemporânea” (p. 497-658) –, esta obra conta com a participação de cerca de 90 autores portugueses e estrangeiros. Com diferentes perspetivas e interpretações históricas, encontramos aqui também uma convergência entre “investigadores juniores e seniores, com vinculações a instituições universitárias e institutos de investigação na Europa e fora dela” (p. 297), numa simbiose harmonizada do texto. Realçamos, também, a multidisciplinaridade e transdisciplinaridade, essenciais para novas interpretações nos estudos realizados atualmente.

Como referido, inédita no contexto historiográfico português, destaca-se por ser apenas a quinta obra deste género a ser publicada na Europa. Pioneiras neste modelo encontramos a *Histoire Mondiale de la France*, da direção de Patrick Boucheron (janeiro de 2017), seguindo-se a *Storia Mondiale Dell'Italia* dirigida por Andrea Giardina, também de 2017. Em 2018 seguiram-se a *História Mundial de España* da direção de Xosé Núñez Xeixas e a edição dos Países Baixos, intitulada *Wereldgeschiedenis Van Nederland*. Ao observar estas obras, deparamos, desde logo, com um aspeto comum a todas, a sua organização interna. Divididas em blocos cronológicos (capítulos), mais ou menos bem definidos, todos os textos que compõem os capítulos são sintéticos e têm um ano como título. Contudo, faço aqui referência a duas diferenças entre a obra portuguesa e as suas congéneres estrangeiras. Desde logo, o título. Se no caso português a direção optou por usar o vocábulo global, as restantes apresentam a terminologia

mundial. Contudo, a maior diferença reside nos títulos atribuídos aos blocos cronológicos. Ao observar as histórias mundiais de França, Itália, Espanha e Países Baixos, vemos que os títulos dos capítulos não são as referências aos grandes períodos cronológicos da história Ocidental, como no caso da obra portuguesa. Refira-se, como exemplo, o título do quarto capítulo desta obra, denominado “IV Época Moderna”, e os títulos presentes na sua congénere (e pioneira) francesa, para o mesmo arco temporal. No caso português, este bloco cronológico inicia-se em 1425 e termina no ano de 1807 com um texto sobre a transferência da corte régia portuguesa para o Brasil (o primeiro texto do capítulo “V Época Contemporânea” tem a data de 1822 e reporta-se à independência do Brasil). No caso francês², encontramos quatro capítulos para a mesma cronologia (1425-1807, período habitualmente reconhecido como Época Moderna): “La grande Monarchie d’Occident” (de 1347 a 1610, 18 textos); “La Puissance Absolue” (de 1633 a 1720, 12 textos); “La nation des Lumières” (de 1751 e 1794, 11 textos); e, por fim, “Une Patrie pour la Révolution Universelle” (de 1795 a 1852, 14 textos). Na visão do leitor mais atento, encontramos, na versão portuguesa, aquilo que poderia parecer uma conceção nebulosa, ou até mesmo deturpada, do conceito história global – tal como é apresentado nesta obra –, visto que os títulos dos capítulos obedecem aos cânones de uma história focada no eurocentrismo em detrimento de uma história global. Ou seja, encontramos uma divisão tradicional, voltada para o pensamento comum dos grandes períodos da história (Pré-História, Proto-História, Antiguidade, Idade Média, Época Moderna e Época Contemporânea), na perspetiva europeia, contrariamente às restantes obras, que se dividem por momentos fraturantes da sua história. Todavia, José Pedro Paiva, numa das apresentações do livro esclareceu os leitores explicando que esta divisão se prende, sobretudo, com uma melhor interpretação da obra pelo leitor mais leigo e menos versado nestas matérias. Isto é, a divisão foi feita com o propósito de facilitar a leitura a toda a comunidade³. Com uma linguagem acessível e um grafismo apelativo, os textos, sempre acompanhados de uma pequena lista bibliográfica, podem ser consultados por qualquer leitor que se interesse por história cumprindo-se, assim, aquilo que cremos ser um dos principais objetivos da divulgação da história enquanto ciência, chegar ao amplo espectro do público geral.

Estruturalmente, o livro tem início com uma introdução geral dos diretores da obra, onde os leitores são contextualizados sobre o surgimento e evolução

² O mesmo exemplo poderia ser dado nas restantes obras europeias.

³ A explicação encontra-se numa das apresentações feitas deste livro, que pode ser vista em: https://www.youtube.com/watch?v=bWmf7n_JLRo, consultado a 5 de fevereiro de 2021.

do conceito de história global. É neste espaço que também justificam as suas posições metodológicas e as escolhas dos diferentes autores. Prosseguindo na sua análise, esta obra divide-se em cinco capítulos, coordenados por especialistas da época tratada e sempre com uma introdução inicial, onde o coordenador científico enquadra os textos que se seguem. No final de cada ensaio, é facultada ao leitor a bibliografia utilizada.

O primeiro bloco cronológico, “I Pré-História e Proto-História”, é coordenado por João Luís Cardoso, professor de Pré-História da Universidade Aberta e autor ou coautor de cerca de 450 artigos e capítulos de livros. Dividido em cinco ensaios, resultantes “da discussão crítica de temáticas pertencentes a cada dos grandes períodos anteriores à escrita (Pré-História) ou coevos das primeiras sociedades com escrita do ocidente peninsular (Proto-História)” (p. 23), iniciamos a viagem em 240 000 a.C. na gruta da Aroeira, em Torres Novas, com os vestígios neandertalinos mais antigos no atual território português. Neste bloco cronológico podemos encontrar temas relacionados com as mudanças sociais, económicas e culturais levadas a cabo pelas diversas comunidades. O segundo ensaio remete-nos para a alteração do modelo de subsistência, até então baseado na caça e na recolção, alterando-se para uma economia baseada na produção de alimentos. Segue-se uma incursão pelas produções campaniformes que ocorreram entre cerca de 2700 e 1800 a.C., passando para o comércio a longa distância na Idade do Bronze. Por fim, desembarcamos no estuário do Tejo, e outros estuários do território que viria a ser Portugal, com a presença fenícia dos séculos IX a V a.C.

O segundo capítulo, “II Antiguidade” é coordenado por Carlos Fabião, professor da Faculdade de Letras de Lisboa e Investigador do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ). Dividido em 14 textos, aborda a presença romana sob diversas perspetivas: o projeto de expansão romano, ou neste caso, a falta de um projeto de expansão e uma conquista resultante do choque entre Roma e Cartago (p. 69); a resistência da população local e, posteriormente, as invasões bárbaras; os aspetos económicos; a “integração linguística [que] levou ao aparecimento de personalidades da Hispânia que se afirmaram no espaço cultural e literário da própria cidade de Roma” (p. 87); as questões de geografia, colocando este território como o ponto mais a ocidente do mundo, bem como a caracterização do território meridional; a emergência dos grandes núcleos urbanos, com as devidas alterações na imagem política e administrativa; e, não menos importante, o impacto das guerras civis romanas. No último texto, referente à segunda metade do século VI, é analisada a passagem da “romanidade à cristandade num processo de permanência e continuidade” (p. 147), numa península unificada pelos godos.

Segue-se o capítulo “III Idade Média”, coordenado por Bernardo Vasconcelos e Sousa, professor no departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Logo na introdução, o coordenador científico justifica a escolha dos temas que “são geralmente considerados determinantes e talvez aqueles que melhor permitem captar a dimensão de uma Idade Média globalizante”, sem nunca esquecer que outros temas poderiam ter sido escolhidos, como a influência judaica ou o legado moçárabe ou então o “estrangeirado” D. Afonso III que permaneceu vários anos na corte do rei francês São Luís (p. 158). Aqui, podemos encontrar ensaios que se debruçam sobre as influências de outros povos, iniciando-se, logo no primeiro texto, com o Islão e o legado do al-Andalus que perdurou na cultura material e nas práticas institucionais, ou no segundo, com os vestígios viquingues da região entre o rio Douro e o Ave. São também retratadas as questões políticas e diplomáticas, como os casamentos da coroa ou os tratados diplomáticos, como o de Alcanices. As questões bélicas também são um aspeto importante da globalização portuguesa, onde se reforça a importância da conquista de Lisboa em 1147, não só pelo auxílio de um contingente de cruzados de diversas proveniências, bem como pelas narrativas construídas em torno deste acontecimento, não só em Portugal, como além-fronteiras, ou a Batalha de Aljubarrota “que figura no rol restrito de batalhas «decisivas» da história medieval portuguesa” (p. 277).

Como não poderia deixar de acontecer, é igualmente realçado o papel da religião e das ordens religiosas, movimentos que expandiram por toda a Europa, sem nunca esquecer figuras como Santo António de Lisboa, ou Pedro Julião, vulgarmente conhecido como Pedro Hispano ou Papa João XXI. Ao longo do capítulo, observamos o envolvimento de Portugal no processo de integração económica da Europa de então, com a criação, por D. Dinis, em 1293, da Bolsa dos Mercadores. Esta “foi uma organização medieval que reunia mercadores e armadores do Porto e de Lisboa, que entravam com capitais para um fundo comum destinado a custear despesas com acidentes e com o despacho dos negócios, em Portugal e no estrangeiro” (p. 257). Aspeto essencial deste capítulo são os ensaios referentes à cultura e à ciência, visíveis, por exemplo, nos painéis de São Vicente de Fora, nos ensaios sobre a escrita, literatura e, sobretudo, na evolução da língua portuguesa, sem nunca esquecer, por iniciativa régia, a fundação da universidade em 1290. Por fim, no último texto, encontramos a conquista de Ceuta, em 1415. Apesar de não “representar o início da expansão portuguesa (que começou no século XIV com as expedições às Canárias)” (p. 288), este foi o “primeiro passo de toda esta atividade a uma escala global, ainda que não fosse essa, na altura, a intenção dos protagonistas” (p. 161).

O quarto bloco cronológico aborda a Época Moderna, como referido, balizado entre 1425, com o ensaio “Madeira: povoamento, açúcar e escravos”, e 1807 com a transferência da corte régia portuguesa para o Brasil. Coordenado cientificamente por Cátia Antunes, professora na Universidade de Leiden, Países Baixos, este é o maior capítulo do livro, com 31 ensaios. Outro aspeto que realçamos, fruto da época em questão, é a expressão verdadeiramente global que a história portuguesa assume nesta faixa cronológica, com acontecimentos marcantes (positivos e negativos) que marcaram a história global.

Salientamos, também, e em particular neste capítulo, os temas escolhidos. Por um lado, e sempre apresentados sob uma perspetiva global, encontramos referências amplamente conhecidas e trabalhadas pela historiografia portuguesa. Exemplo disso são as menções à passagem do Cabo do Bojador, a Fernão Magalhães e a primeira volta ao mundo, à União das Coroas Ibéricas, à Colónia do Sacramento ou o terramoto de Lisboa de 1755. Contudo, fruto das novas perspetivas historiográficas e a abertura a novos campos historiográficos, encontramos nesta obra temas que só muito recentemente começaram a ser estudados com a devida profundidade e amplitude necessárias para uma melhor compreensão.

Porventura um dos maiores contributos – o mais negativo – e com maior impacto na história global, a comercialização transatlântica de escravos, pouco ou nada referida até esta data, no contexto das histórias de Portugal. Abordada sempre com uma visão eurocêntrica, aqui é debatida numa perspetiva nova, e cada vez mais recorrente, com o seu estudo a centrar-se na visão do “outro”, ou seja, do escravizado. Podemos encontrar um ensaio sobre a primeira revolta documentada de escravos na Ilha de São Tomé, em 1517, e consequentes revoltas em territórios portugueses ou sob a esfera de influência portuguesa, ou então, sobre a escravatura na Madeira (“1425 Madeira: povoamento, açúcar e escravos”), de diferentes origens (encontramos mão de obra escravizada de origem muçulmana; portuguesa resultante dos mouriscos escravizados em Setúbal ou no Algarve; e africana), isto “numa altura em que a escravidão ainda não estava associada à cor de pele negra, [e] todo aquele que não fosse cristão era passível de captura” (p. 302). Outro exemplo de um tema raramente estudado nas histórias de Portugal, e que aqui merece alusão, são as Misericórdias, instituições laicas, mas de matriz católica que estavam “sob proteção régia e não estavam subordinadas ao poder episcopal do ponto de vista legal, atuando com autonomia” (p. 335).

Tal como no bloco cronológico anterior, também aqui encontramos ensaios referentes às mais variadas temáticas, como a cultura, através de Camões e *Os Lusíadas*, e a política, nas referências ao tratado de Tordesilhas, à rutura

luso-espanhola e aos tratados de Vestefália. Estão similarmente presentes ensaios sobre a religião e ordens religiosas, neste caso a Companhia de Jesus, sobre economia, sobre arquitetura, com o ensaio de Mazagão e do Palácio de Mafra, sobre instituições, como a Inquisição, ou as já referidas Misericórdias. Em suma, este capítulo oferece “um balanço de uma análise de conexões, circulações e trocas de natureza social, política, económica, religiosa e cultural, realçando trajetórias dissonantes de ação e reação a esta globalização gerada pelos portugueses...” (p. 296).

O derradeiro bloco cronológico que nos é apresentado nesta obra é “V Época Contemporânea”, da coordenação científica de António Costa Pinto, Investigador Coordenador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e professor no ISCTE.

À semelhança do último ensaio do capítulo anterior, este começa com o Brasil, mas a 7 de setembro de 1822, incorporando a sua independência no contexto mundial “dos choques dos impérios” (p. 503). Ainda sobre o século XIX, encontramos mais quatro ensaios. O primeiro, sobre D. Miguel e o miguelismo, “fenómeno político português sinónimo de contrarrevolução, antiliberalismo, realismo e legitimismo”, destacando-se que estes acontecimentos (revolucionários e contrarrevolucionários) da “Península Ibérica têm estreita conexão entre si e são inseparáveis da disputa entre a Grã-Bretanha e a França, e da crise dos impérios atlânticos” (p. 511). O segundo remete-nos para o protestantismo e a criação, em território português, da primeira igreja protestante, marcando “o início do processo contemporâneo de diferenciação religiosa no país” (p. 520). Segue-se um ensaio sobre a abolição da pena de morte em Portugal, em 1867, contextualizado com um pequeno resumo da pena capital em Portugal e a inserção, ou falta dela, nos grandes debates sobre a sua abolição no século XVIII, findando o século com um texto sobre a Conferência de Berlim, em 1884. Entrando no século XX, o primeiro ensaio é sobre o impacto do regicídio de D. Carlos em 1908, golpe este que começou a ser planeado fora de Portugal (p. 540). Seguem-se alguns textos sobre a 1ª República, realçando-se, desde logo, a raridade deste tipo de regime na época em questão: “a Europa era constituída por quatro impérios, 11 monarquias e somente duas repúblicas” (p. 545). Abordam-se as dimensões políticas, o turismo e a arte através da figura e trajeto de vida de Amadeo de Sousa Cardoso. Debate-se, ainda, a Grande Guerra e o fenómeno Fátima, com início em 1917, perspectivado no quadro global, não só como espaço de peregrinação, mas também como “lugar de movimento centrífugo, sobretudo pelas viagens das imagens peregrinas de Nossa Senhora de Fátima” (p. 573). De seguida, o leitor debruçar-se-á sobre o período correspondente ao Estado

Novo (1933-1974), aludindo aos seus aspetos políticos ou ao bacalhau, não só como um bem alimentar, mas também cultural e económico. Retrutam-se ainda temas como a Exposição do Mundo Português em 1940, a ciência no exemplo de Egas Moniz (Prémio Nobel) e a entrada de Portugal na NATO e na Organização das Nações Unidas, com todas as questões políticas e coloniais que envolveram estes dois acontecimentos. Por último, o lusotropicalismo e o desporto, este com expoente máximo na figura do Eusébio – elevado a património nacional por Salazar, segundo o próprio Eusébio (p. 626) – e no Campeonato do Mundo em 1966. Chegados a 1974, encontramos um ensaio sobre o 25 de abril e a transição para a democracia, num movimento que derrubou uma das mais longas ditaduras da Europa (1926-1974). Nos últimos três ensaios, retrata-se a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, a internacionalização da literatura portuguesa, com aqueles que provavelmente serão os seus maiores vultos no século XX: Fernando Pessoa, o Prémio Nobel José Saramago e António Lobo Antunes. No derradeiro texto, já alusivo ao século XXI, “2011 Emigração portuguesa: cruzamentos globais”, é abordada, como o próprio título indica, a emigração. Fenómeno transversal a toda a história de Portugal, é-nos aqui traçado um panorama histórico de um movimento de massas e retratos das fronteiras físicas e mentais.

Em suma, recomenda-se vivamente a leitura desta obra. Embora sucinta, é rigorosa e criteriosa. A escolha dos/as autores/as foi feita com critério e sentido académico, bem como os temas selecionados. Apesar de estes dois últimos aspetos serem discutíveis, sobretudo pelas preferências pessoais de cada leitor no que concerne às temáticas estudadas e aos autores escolhidos, cremos que os textos aqui produzidos permitem traçar uma imagem fidedigna de um Portugal global. Como último comentário, deixamos aquele que será porventura o aspeto mais bem conseguido da obra: a divulgação histórica para o público mais leigo, alheado do mundo académico. Nem sempre fácil – ou desejável por alguns historiadores e historiadoras –, muitas vezes os estudos produzidos tendem a ser complexos, com uma linguagem de difícil perceção, algo que nesta obra não acontece, cumprindo-se aquele que será um dos principais objetivos da história enquanto ciência, a sua divulgação.

PEDRO J. BARBOSA DA SILVA

Universidade de Coimbra, CHSC, Faculdade de Letras

pedroporto2512@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-8772-245X>